



**26º Colóquio Anual
Comissão para a Sustentabilidade dos Sistemas Rurais (CSSR)
União Geográfica Internacional (UGI)**

**Sistemas rurais infinitos num planeta finito:
Colmatar lacunas para a sustentabilidade**

Santiago—Veiga—Ulhoa (Galiza), 16-21 de julho de 2018

Ao longo das duas últimas décadas, a Geografia Rural tem internalizado a questão da sustentabilidade como uma preocupação central da disciplina. Contudo, os contínuos debates anuais da CSSR da UGI têm vindo a salientar como surgem as tensões e contradições inerentes às complexas transições dos sistemas rurais para a sustentabilidade. Neste contexto, o 26º Colóquio da CSSR está especificamente empenhado em colmatar lacunas entre posturas divergentes, que serão expressas nos debates académicos. Para tal, pretende-se oferecer um conjunto consistente de questões em torno de seis amplos temas selecionados. Os debates sobre sustentabilidade reconhecem que o Planeta Terra é finito, mas as posições contrapostas existentes podem ser abordadas e examinadas através de sistemas rurais infinitos. Temos o prazer de acolher o debate relativo a estas temáticas na Galiza, em julho de 2018.

Apesar de «sistema» ser um termo controverso nas ciências sociais, engloba um conjunto de investigações que têm em conta inter-relações internas e externas. Deste modo, abarca temas como o social, cultural, político (incluindo planificação territorial), ambiental e económico. A conciliação destas amplas temáticas, muitas vezes contraditórias, faz parte do objetivo de colmatar lacunas que guia este Colóquio da CSSR. Além disso, as posições contrapostas a considerar estão relacionadas com as escalas geográficas; desde já entre o cenário global (globalização, acordos de comércio mundial, alterações climáticas mundiais, etc.) e os espaços regionais e locais de adaptação ou contestação. Desta forma, os espaços normativos dos Estados-Nações (com ou sem instituições descentralizadas) e estruturas supranacionais como a União Europeia (UE) interagem a múltiplas escalas, tendo como resultado uma complexa rede de inter-relações. O envolvimento local parece ser uma característica básica nas sociedades rurais; inquestionavelmente, grande parte das apresentações no 26º Colóquio da CSSR privilegiarão os estudos à escala local. Isto não diminuirá a atenção às outras escalas inter-relacionadas, de forma a colmatar lacunas que visem promover a sustentabilidade.

Este Colóquio acolhe com especial interesse as contribuições vindas e sobre África e América Latina, regiões do Mundo sub-representadas pelas atividades em curso da CSSR e da UGI. As comunicações e os artigos em português e espanhol serão bem-vindos, que, em conjunto com as línguas oficiais da UGI (inglês e francês), devem encorajar os investigadores de todo o Mundo a participarem nas sessões que terão lugar em julho de 2018. As sessões paralelas serão desenhadas tendo em conta os idiomas e as orientações temáticas.

A Galiza é um laboratório adequado para colmatar lacunas em matéria de sustentabilidade. O seu espaço rural é altamente inovador e possui sistemas agrários avançados tecnologicamente, como a horticultura e a indústria de laticínios. Estas produções têm um impacto considerável no meio ambiente e devem adaptar-se ao marco de referência da sempre variável Política Agrícola Comum da UE. As emergentes redes alternativas agroalimentares coexistem nas mesmas áreas da agricultura convencional, o que levanta constantemente questões relacionadas com compatibilidade e concorrência. Paralelamente, foram realizados investimentos comunitários significativos no crescimento do sector do turismo rural, mas a sustentabilidade económica desta atividade em auge é constantemente questionada. Em termos espaciais, existem muitas áreas pressionadas por um fluxo turístico global, como é o caso do Caminho de Santiago, com centenas de milhares de peregrinos todos os anos. Estas áreas estão próximas de espaços remotos e deprimidos, onde o despovoamento, o envelhecimento e a significativa perda de atividade económica desafia a sustentabilidade rural. O trabalho de campo planeado para este Colóquio irá abranger espaços rurais representativos da Galiza, nos quais se proporcionarão debates sobre sustentabilidade.

Estas informações estarão disponíveis em www.26ruralcolloquium.eu

Serão realizadas seis sessões temáticas, tais como:

1. Colmatar lacunas entre redes agroalimentares

Dubois (2010) e Robinson (2004) observaram como a produção, distribuição, comércio e consumo estão estruturados à volta do Mundo, propondo a noção de redes agroalimentares. Há um amplo consenso na afirmação de que estas redes são conexões intrincadas numa escala global, dominadas por oligopólios e empresas transnacionais. De facto, a análise de Nestle (2007) mostra o poder da indústria de alimentos ao ser capaz de marcar o debate sobre nutrição e saúde nos Estados Unidos, que é globalmente influente. De acordo com Dubois (2010) e Robinson (2004), no Sul Global áreas extensas e muitos agricultores estão desconectados das redes agroalimentares globais, e por vezes dependem de sistemas de subsistência inter-relacionados com a persistência da fome humana. De todas as formas, o controlo dessas redes por processos fortes e coercitivos como a apropriação de terras é generalizada. Estas são particularmente relevantes na África e na América Latina (Liberti, 2011); por exemplo, através da expropriação violenta, como é o caso concreto da Colômbia (Reyes, 2016).

Desde o início dos anos 2000, identificou-se o surgimento de redes agroalimentares alternativas, que abrangem uma ampla gama de possibilidades relativamente à produção, distribuição e consumo: mercados de agricultores, agricultura social, agricultura biológica, venda direta, comércio justo, denominações de origem protegida, etc. Estas redes partilham o facto de oferecerem uma alternativa aos sistemas agroalimentares industriais, convencionais e orientados para a produção em massa (Paül e Haslam McKenzie, 2013). O desenvolvimento de redes agroalimentares alternativas está a conduzir a mudanças profundas na autonomia das comunidades e na gestão de recursos naturais, reforçando as organizações de composeses e desafiando a indústria alimentar dominante a nível regional (Altieri e Toledo, 2011). A própria ideia de «alternativa» é em si controversa, já que em muitos países o que é considerado «alternativo» não é de todo novo. Além disso, os grandes supermercados oferecem produtos «alternativos» nas suas lojas através da oferta de produtos biológicos e de comércio justo, entre outras possibilidades. Na verdade, o «alternativo» está muitas vezes ligado a circuitos curtos (em oposição aos grandes circuitos que dominam a esfera global), mas na realidade muitas dessas redes de alimentos alternativos estão globalizadas. Neste sentido, Morgan (2010) iniciou um debate sobre as divisões existentes entre as práticas alimentares alternativas consideradas (i) «locais e verdes», com base na promoção da sustentabilidade agroalimentar pela redução das emissões de carbono relacionadas com a produção e o transporte; e (ii) «global e justas», que promovem um compromisso ético com a justiça social em relação aos agricultores pobres no Sul Global.

Esta sessão temática acolhe com especial interesse as contribuições sobre as seguintes questões:

- Existe uma possível compatibilidade entre redes agroalimentares «convencionais» e «alternativas»? É o próprio debate sobre esta dualidade desnecessário e irrelevante, e de alguma forma «branco e preto»?
- Por que é que as redes agroalimentares existentes entre o Sul e o Norte Globais se mantêm desiguais e desequilibradas? Como podem ser geridas?
- Quais são as conexões, relações e contradições entre as redes agroalimentares e a fome humana?
- Há lugar para os espaços de produção, distribuição e consumo no Mundo globalizado? Até que ponto há espaço para a inovação nestes sistemas?
- São as redes alimentares alternativas realmente alternativas? Quem cria estas redes e por que razão? Como podemos avaliar a sua sustentabilidade e rendimento? Como podem as «contradições» dentro das redes alimentares alternativas (por exemplo, denominações de origem protegidas sem produção biológica, mercados de proximidade que vendem produtos do estrangeiro) ser concetualizadas e geridas?
- Como podemos colmatar lacunas entre as duas grandes redes agroalimentares alternativas concetualizadas por Morgan (2010)?
- Que políticas se podem implementar para promover redes agroalimentares sustentáveis?

2. Colmatar lacunas entre atividades rurais (multifuncionais?)

A multifuncionalidade é um conceito central nos estudos rurais de todo o Mundo. Ainda que originalmente estivesse de certa forma restringida à pluralidade de funções provenientes da agricultura (Mather *et al.*, 2006; Maier e Shobayashi, 2001), foi sendo aplicada cada vez mais a espaços rurais nos quais se identificam distintos tipos de atividades rurais em transição (Wilson, 2007; Holmes, 2006). Inicialmente, o termo multifuncionalidade descrevia a particular evolução vivida no contexto da União Europeia (UE) em relação à gestão da gigantesca Política Agrícola Comum (PAC) nas últimas duas décadas. Contudo, a análise deste panorama feita por Holmes (2006) na Austrália e por Hoefle (2014) no Brasil mostra como se foram transferindo contextos heterogéneos tanto no Sul como no Norte Global, o que conduz a cenários contrapostos. Atualmente, a multifuncionalidade é uma construção amplamente aplicada à noção de consumo e mercantilização do espaço rural, mas também do desenvolvimento do turismo e de atividades de lazer e à aparição de preocupações, instrumentos e políticas ambientais.

Contudo, a multifuncionalidade recebeu fortes críticas por parte de um amplo conjunto de autores. Na UE, por exemplo, o turismo foi considerado a panaceia para o desenvolvimento rural a partir da abordagem multifuncional, o que inclui um modelo de agroturismo onde o turismo teria de coexistir e enriquecer a empresa agrária. Contudo o seu sucesso é questionável, dado que se produz a substituição das atividades agrárias pelas turísticas. Em alguns casos pode-se até falar de turismo de massas, que não é propriamente sensível à singularidades dos espaços rurais. Vejam-se, por exemplo, as contribuições de Potočnik-Slavič e Schmitz (2013). Surgem conclusões semelhantes no Brasil relativamente ao conflito entre pesca e turismo nas comunidades rurais costeiras (Hoefle, 2014). A título de reflexão geral, Woods (2007) questionou como a utilização da multifuncionalidade como cortina de fumo para encobrir políticas públicas que permanecem altamente vinculadas à agricultura produtivista da UE.

Esta sessão temática acolhe com especial interesse as contribuições sobre as seguintes questões:

- Quais são as conexões entre as diferentes atividades nos sistemas rurais à volta do Mundo inseridas no conceito de multifuncionalidade? São compatíveis e/ou fazem emergir contradições?
- Como podemos colmatar as lacunas existentes entre as diferentes atividades, funções e valores rurais dentro do conceito de multifuncionalidade?
- Qual é a contribuição real do turismo (nas suas distintas modalidades) para o desenvolvimento rural sustentável?
- É a multifuncionalidade uma construção académica, política e tecnocrática, ou pode ser observada e ratificada em sistemas rurais particulares? Qual é a sua utilidade?

3. Colmatar lacunas entre os usos do solo em conflito

As mudanças do uso e cobertura do solo (MUCS) nos espaços rurais são um indicador significativo da alteração vivida pelos sistemas rurais. As MUCS são ao mesmo tempo uma causa e uma consequência de transformações biofísicas e socioeconómicas várias: novas tecnologias, alterações nas atividades e valores humanos, crescimento demográfico, decisões de ordenamento territorial, mudança do clima, riscos naturais, etc. As MUCS específicas observadas à volta do Mundo incluem, entre outras: a florestação e a desflorestação, a transformação de terras agrícolas em edifícios residenciais, o abandono de áreas produtivas para a conservação, a exploração de cultivos como o da soja utilizada para biodiesel e a implantação de parques eólicos e solares. O potencial desajuste entre estes usos e coberturas novas e emergentes de solo conduzem muitas vezes a conflitos políticos e sociais a várias escalas geográficas. Esta sessão temática propõe centrar o debate nas MUCS rurais sob a ótica da sustentabilidade, especialmente quando colmatar lacunas parece particularmente necessário.

Uma situação particular sobre os usos e coberturas de solo está relacionada com os dispositivos de proteção ambiental que afetam atividades humanas anteriores, atuais e/ou novas. Dowie (2009) e Zimmerer (2000) sublinharam a escalada global de conflitos políticos e sociais polémicos devido à implementação de estruturas de proteção tais como parques nacionais, reservas da biosfera e outros mecanismos de conservação. Curiosamente, os dispositivos de proteção como os parques naturais e as reservas podem-se converter frequentemente num atrativo relevante para turistas, o que provoca o interesse pelo desenvolvimento urbano apesar dos limites estabelecidos para a proteção dos valores naturais. Este processo foi denominado «naturbanização» por Prados (2009). Nesta sessão acolhem-se com especial interesse as análises dos dispositivos de proteção relacionados com as MUCS.

Esta sessão temática acolhe com especial interesse as contribuições sobre as seguintes questões:

- Que métodos de monitorização das MUCS rurais foram utilizados e quais são as tendências e padrões observados? Como se mediram? Quais são as forças que impulsionaram estas alterações?
- Quais são as consequências socioculturais, económicas e ambientais das MUCS rurais?
- Que conflitos aparecem quando se produzem MUCS rurais?
- Quais são as medidas e respostas políticas às MUCS rurais?
- Quais são as MUCS produzidas em zonas protegidas? Como interagem estas alterações com a planificação e gestão ambientais?

4. Colmatar lacunas entre os imaginários rurais e a «crua realidade»

Como indicou Woods (2005: 11), consistente com o ensaio de Halfacree (1993) sobre a definição do espaço rural, existe um crescente consenso de que «uma área não se torna “rural” devido à sua economia ou densidade de população ou outras características estruturais, mas sim porque as pessoas que vivem ali ou a utilizam pensam que é “rural”». Esta afirmação aponta para a importância fundamental concedida às representações, imaginários e perceções para compreender como funcionam os sistemas rurais, especialmente numa sociedade altamente influenciada pelos meios de comunicação social. Por exemplo, demonstrou-se frequentemente que a expansão urbana, a periurbanização e/ou a contraurbanização são processos sociodemográficos relevantes vividos nos espaços rurais de todo o Mundo e que se baseiam comumente em diferentes tipos de idílios rurais. Contudo, frequentemente a «crua realidade» contradiz estes idílios rurais e as pessoas recém-chegadas sentem-se insatisfeitas e inclusive entram em conflito com os residentes rurais já existentes.

Assim, é frequente que as realidades material e imaterial não coincidam, o que provoca uma fratura que pode comprometer a sustentabilidade rural. Existem vários casos concretos particularmente ilustrativos, como os estudos desenvolvidos na América Latina e África através da perspectiva dos «refugiados da conservação», termo cunhado por Dowie (2009). Esta investigação observou repetidamente um padrão segundo o qual as comunidades rurais compostas por grupos indígenas ou camponeses pobres são expulsos devido ao triunfo de ideologias de carácter biocêntrico e centradas nos espaços urbanos, que conseguem converter-se nas práticas habituais de ordenamento do território e conservação. Neste sentido, a ideia de ruralidade como natureza intacta marca o rural, inclusive se o campo em si não é (nem nunca foi) prístino (Zimmerer,

2000). Isto é evidente em países tão distantes como o Brasil (Irving *et al.*, 2013) e Espanha (Ojeda *et al.*, 2006).

Esta sessão temática acolhe com especial interesse as contribuições sobre as seguintes questões:

- Que implicações políticas e ordenamento do território tem o idílio rural?
- Como podem as representações, imaginários, imaginações e percepções do rural contradizer a «crua realidade»?
- Como podem reconciliar-se os aspetos intangíveis e imateriais, por um lado, e os tangíveis e materiais, por outro, dos sistemas rurais? Em que medida pode o conceito de paisagem ser útil para esta reconciliação?
- Como podemos colmatar lacunas entre as representações urbanas e rurais do rural?
- Como podemos salvar a fratura entre o rural entendido como espaço agrário (produtivo), por um lado, e como um contexto natural prístino, por outro?

5. Colmatar lacunas entre áreas remotas, de baixa densidade e montanhosas.

A especificidade da análise geográfica dos espaços rurais centra-se na sua dimensão espacial. Assim, a geografia rural demonstrou repetidamente a variação espacial dos sistemas rurais. É comum que os investigadores façam uma distinção entre, por um lado, os espaços rurais que vivem dinâmicas positivas (por exemplo, em termos económicos e demográficos) e, por outro lado, os espaços rurais submetidos a problemas persistentes. Nestes últimos casos, por exemplo, o êxodo rural continua a verificar-se, de forma que se mantém um padrão que tem vindo a ocorrer em todo o Mundo desde a revolução industrial. Em termos gerais, as áreas que as pessoas abandonam foram catalogadas há décadas como problemáticas. Nestas, os serviços que se prestam e as infraestruturas que se constroem são, regra geral, significativamente mais baixos em relação aos disponíveis nas cidades ou em outros espaços rurais, apesar das políticas de desenvolvimento que se aplicaram. Por esta razão, esta sessão temática dedica-se à geografia dos espaços rurais marginalizados.

Há diferentes maneiras de fazer referência a estes espaços. Por exemplo, na UE algumas das tipologias geográficas desenvolvidas por ESPON cartografam precisamente aquelas regiões consideradas remotas, escassamente povoadas e montanhosas. Em países grandes como a Austrália ou o Canadá existe um conceito geográfico, o afastamento, que está geralmente relacionado com as baixas densidades, fragilidade, marginalização e despovoamento. No caso de França, Kayser (1990) comparou a *champagne vivante* («campos vivos») com aqueles espaços em processo de despovoamento e marginalização; mais recentemente, estes últimos foram etiquetados como «o campo mais frágil» (Jean e Périgord, 2009) e «zonas de densidades débeis» (Barthe e Millan, 2011).

Esta sessão temática acolhe com especial interesse as contribuições sobre as seguintes questões:

- Como podemos delimitar espaços de baixas densidades, montanhosos, remotos e rurais marginais? Até que ponto continua a existir a tirania da distância? Como se sobrepõe? Que tipos de características é que as distinguem?
- Como podemos contribuir para colmatar lacunas entre as áreas rurais marginalizadas e outras áreas rurais e urbanas?
- Quais são as possibilidades de alianças e governança campo-cidade?
- Quais são as políticas (especialmente as de desenvolvimento rural) aplicadas nestes espaços remotos, de baixa densidade e/ou montanhosos e por que são comunmente percebidos como fracassos?

6. Colmatar lacunas entre a expansão urbana e a agricultura e a preservação de espaços abertos

Segundo alguns cientistas sociais, o dia 23 de maio de 2007 ficou marcado como a data em que a proporção de habitantes a residir em áreas urbanas no Planeta Terra ultrapassou a de habitantes rurais, enquanto que a ONU situou este acontecimento algures em 2008. Uma das consequências óbvias desta mudança é a necessidade de mais espaço físico para as cidades, o que leva a uma expansão urbana onde antes existiam campos, bosques e outro tipo de espaços abertos. No Mundo existe uma preocupação generalizada acerca da sustentabilidade da expansão urbana, já que afeta as terras agrícolas que produzem alimentos, as indústrias florestais e a prestação de

serviços de ecossistema por parte das áreas não urbanizadas. Existem *hotspots* geográficos no Mundo, especialmente na China (Lichtenberg e Ding, 2008).

A agricultura periurbana é tão antiga como as cidades, mas a sua promoção e preservação têm vindo a ganhar impulso nas últimas décadas como resposta às recentes preocupações relacionadas com a sustentabilidade da produção de alimentos, e também do desenvolvimento regional (por exemplo estabelecimento de infraestruturas verdes, conservação de espaços abertos, serviços de ecossistema). Bengston *et al.* (2004) resumiram algumas das ferramentas de gestão de terras agrícolas disponíveis nos Estados Unidos, para o que se libertaram mais de 30 mecanismos para «gerir o crescimento urbano» ou «proteger o espaço aberto», descritos como «duas caras da mesma moeda» (Bengston *et al.*, 2004: 273). Na Europa desenvolveram-se dispositivos tais como «agroparques» ou «parques agrários», ausentes noutros continentes (Yacamán e Zazo, 2015), fazendo-se eco dos mecanismos de proteção das áreas naturais, isto é, desde os parques naturais/nacionais até à agricultura em espaços urbanos e não periurbanos. Contudo, muitas dúvidas se levantam sobre até que ponto estas ferramentas têm sido eficazes para evitar a intrusão urbana e promover a agricultura e/ou a preservação dos bosques, dada a intensidade das dinâmicas e pressões urbanas. Particularmente, parece difícil garantir a sustentabilidade das zonas urbanas e, ao mesmo tempo, manter as terras de cultivo e os espaços abertos à sua volta.

Esta sessão temática acolhe com especial interesse as contribuições sobre as seguintes questões:

- É possível a reconciliação entre o ordenamento urbano/metropolitano/territorial/da cidade-região e das terras agrárias e os espaços rurais?
- Como podem planificar-se e desenhar-se infraestruturas e marcos agroecológicos a uma escala urbana/metropolitana/territorial/da cidade-região?
- Que ferramentas organizacionais e associativas se criaram para desenvolver políticas conjuntas, empresas e projetos urbano-rurais, e qual é o seu rendimento?
- É compatível a proteção meio-ambiental nas áreas periurbanas com a preservação de terras de cultivo e do rural?
- Como podemos colmatar as lacunas existentes entre as terras de cultivo periurbanas entendidas como espaços agrários (produtivos), por um lado, e como infraestrutura verde/conservação de espaços abertos por outro?

Referências

- Altieri, M.A. e Toledo, V.M. (2011): The Agroecological Revolution in Latin America: Rescuing Nature, Ensuring Food Sovereignty and Empowering Peasants. *The Journal of Peasant Studies*, 38(3): 587-612.
- Barthe, L. e Millan, J. (2011): Les espaces de la faible densité - état des lieux et problématiques. Em: Berthier, E. (dir.): *Territoires 2040. Des systèmes spatiaux en prospective*. Paris: Datar/La Documentation Française, pp. 141-183.
- Bengston, D.N., Fletcher, J.O. e Nelson, K.C. (2004): Public Policies for Managing Urban Growth and Protecting Open Space: Policy Instruments and Lessons Learned in the United States. *Landscape and Urban Planning*, 69: 271-286.
- Dowie, M. (2009): *Conservation Refugees. The Hundred-Year Conflict between Global Conservation and Native Peoples*. Cambridge: MIT Press.
- Dubois, S. (2010): *Le défi alimentaire. Étude géopolitique et géoéconomique des agricultures mondiales*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Halfacree, K.H. (1993): Locality and Social Representation: Space, Discourse and Alternative Definitions of the Rural. *Journal of Rural Studies*, 9(1): 23-37.
- Hoefle, S.W. (2014): Fishing Livelihoods, Seashore Tourism, and Industrial Development in Coastal Rio de Janeiro: Conflict, Multi-Functionality, and Juxtaposition. *Geographical Research*, 52(2): 198-211.
- Holmes, J. (2006): Impulses towards a Multifunctional Transition in Rural Australia: Gaps in the Research Agenda. *Journal of Rural Studies*, 22: 142-160.
- Irving, M. de A., Corrêa, F.V. e Zarattini, A.C. (org.) (2013): *Parques Nacionais do Rio de Janeiro. Desafios para uma gestão social da biodiversidade*. Rio de Janeiro: Folio Digital.
- Jean, Y. e Périgord, M. (2009): *Géographie rurale. La ruralité en France*. Paris: Armand Colin.
- Kaysers, B. (1990): *La renaissance rurale. Sociologie des campagnes du monde occidental*. Paris: Armand Colin.
- Liberti, S. (2011): *Land grabbing. Come il mercato delle terre crea il nuovo colonialismo*. Roma: Minimum Fax.
- Lichtenberg, E. e Ding, C. (2008): Assessing Farmland Protection Policy in China. *Land Use Policy*, 25(1): 59-68.
- Maier, L. e Shobayashi, M. (2001): *Multifunctionality. Towards an Analytical Framework*. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development.
- Mather, A.S., Hill, G. e Nijnik, M. (2006): Post-productivism and Rural Land Use: Cul de Sac or Challenge for Theorization?. *Journal of Rural Studies*, 22: 441-445.
- Morgan, K. (2010): Local and Green, Global and Fair: the Ethical Foodscape and the Politics of Care. *Environment and Planning A*, 42: 1852-1867.

- Nestle, M. (2002): *Food Politics. How the Food Industry Influences Nutrition and Health*. Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press.
- Ojeda, J.F., González Faraco, J.C. e López Ontiveros, A. (coord.) (2006): *Doñana en la cultura contemporánea*. Madrid: Ministerio de Medio Ambiente.
- Paül, V. e Haslam McKenzie, F. (2013): Peri-urban Farmland Conservation and Development of Alternative Food Networks: Insights from a Case-Study Area in Metropolitan Barcelona (Catalonia, Spain). *Land Use Policy*, 30: 94-105.
- Potočník-Slavič, I. e Schmitz, S. (ed.) (2013): Farm Tourism across Europe. *European Countryside*, 5(4).
- Prados, M.J. (ed.) (2009): *Naturbanization. New Identities and Processes for Rural-Natural Areas*. Leiden: CRC Press/Balkema.
- Reyes, A. (2016): *Guerreros y campesinos. Despojo y restitución de tierras en Colombia*. Bogotá: Ariel.
- Robinson, G. (2004): *Geographies of Agriculture. Globalisation, Restructuring and Sustainability*. Harlow: Pearson.
- Wilson, G.A. (2007): *Multifunctional Agriculture. A Transition Theory Perspective*. Wallingford/Cambridge: CABI.
- Woods, M. (2005): *Rural Geography. Processes, Responses and Experiences in Rural Restructuring*. London: Sage.
- Yacamán, C. e Zazo, A. (coord.) (2015): *El Parque Agrario. Una figura de transición hacia nuevos modelos de gobernanza territorial y alimentaria*. Madrid: Heliconia.
- Zimmerer, K.S. (2000): The Reworking of Conservation Geographies: Nonequilibrium Landscapes and Nature-Society Hybrids. *Annals of the Association of American Geographers*, 90(2): 356-369.

Publicações

Convidamos à submissão de títulos e resumos extensos sobre os temas do colóquio. Estes devem ser enviados para 26ruralcolloquium@gmail.com

Todos os resumos extensos serão publicados num livro avaliado por pares, que estará disponível para os participantes no começo do colóquio, assim como em versão digital a partir do site do colóquio e de outros sites relevantes.

Estabelecem-se as seguintes diretrizes para a apresentações de resumos extensos:

- Deverão adaptar-se ao modelo fornecido pela Comissão Organizadora, disponível em novembro de 2017 no site do congresso.
- Não se poderão exceder as 3.000 palavras (incluídas as referências).
- Deverão conter as seguintes secções: introdução (indicando claramente o problema/objetivo do artigo), conceitos teóricos, metodologia, constatações/resultados, discussão/conclusão e uma lista de referências.
- Implementar-se-á o estilo Harvard dentro do texto para as referências.
- Devem evitar-se as notas de rodapé.
- Podem incluir-se um máximo de quatro figuras (incluindo os mapas).
- Devem estar escritos numa das seguintes línguas: inglês, francês, espanhol ou português (incluindo galego normativo). No caso de estar escrito em espanhol ou português devem incluir um breve resumo (máximo de 200 palavras) em inglês, que deve estar corretamente escrito neste idioma.

No que diz respeito às apresentações orais durante o colóquio, é preciso ter em consideração que, se se utiliza espanhol ou português, devem-se mostrar os diapositivos numa das línguas oficiais da UGI.

Em algumas sessões temáticas, existe a possibilidade de selecionar apresentações para a sua inclusão em números especiais de revistas presentes em listas como SCOPUS/SSCI. Já existe o compromisso por parte dos editores de dois números especiais. Estes artigos serão revistos por pares depois do colóquio de acordo com as diretrizes das respetivas revistas.

Datas limite

- 15 de janeiro de 2018: Envio de resumos extensos, juntamente com o formulário de inscrição (indicando se se deseja participar na saída de campo e se é elegível para a concessão de uma bolsa, quando aplicável).
- 20 de fevereiro de 2018: Comunicação da decisão de aceitação, depois da revisão por pares (a decisão poderá ser: aceite, aceite com alterações, rejeitado). Os detalhes de pagamento da inscrição serão enviados aos participantes cujos resumos tenham sido aceites.
- 5 de março de 2018: Data limite para reenvio dos resumos extensos que requeiram alterações (aceite com alterações).
- 20 de março de 2018: Encerramento da inscrição antecipada (só para aqueles cujos resumos foram aceites). A inclusão dos resumos no livro de atas revisto por pares dependerá da receção do pagamento da inscrição antes de 30 de março de 2018. As pessoas interessadas na excursão terão de fazer o pagamento da inscrição antecipadamente.
- 1 de abril de 2018: Estarão disponíveis os detalhes de pagamento para a inscrição tardia. As inscrições tardias dão o direito a assistir ao colóquio, mas, dependendo do programa, há a possibilidade de que os seus resumos não sejam aceites, e se apresentados não serão publicados.
- 29 de junho de 2018: Encerramento da inscrição tardia.

Programa e saída de campo

- 15 de julho — Chegada recomendada a Santiago.
- 16 de julho
 - Manhã: Registo. Sessão de abertura. Pausa para café. Sessões temáticas paralelas. Receção de boas-vindas.
 - Tarde: Sessões temáticas paralelas (incluindo pausa para café). Visita guiada por Santiago (centro histórico). Jantar oficial.
- 17 de julho
 - Sessões temáticas paralelas (incluindo pausa para café). Mesa redonda — homenagem à Professora Roser Majoral. Considerações finais. Almoço.
 - Tarde: Trabalhos de campo em áreas próximas a Santiago, havendo três alternativas:
 - Estufas de Herbom (pimentos tradicionais da Galiza) e locais de apanha de marisco.
 - CIAM Mavegondo e Fundação Juana de Vega/Escola Galega da Paisagem (São Pedro de Nós).
 - Vinhas e adegas do Salnês.
- 18 de julho
 - Manhã: Viagem de camioneta à Veiga. Paragem em Alhariz e na Lima. Almoço ligeiro durante a rota.
 - Tarde: Chegada à Veiga. Sessões temáticas em paralelo. Pequeno passeio pela Veiga antes do jantar. Jantar.
- 19 de julho
 - Manhã: Rota pelas terras altas da Galiza (Lagoas glaciares), de dificuldade média. Como alternativa, visita de camioneta a uma plantação florestal de pinheiros na cordilheira do Eixe, vivendas restauradas e o centro de desenvolvimento do mel. Receção com o presidente da Câmara da Veiga. Almoço ligeiro.
 - Tarde: Sessões temáticas em paralelo. Jantar.
 - Caso esteja uma noite limpa, observação de estrelas — Veiga é um @Destino turístico Starlight.

- 20 de julho
 - Viagem a Palas de Rei de camioneta. Paragem nas Ermidas. Paragem na zona de produção de vinho de Amandi (zona central da Denominação de Origem Protegida da Ribeira Sacra). Almoço ligeiro.
 - Tarde: Visita a uma quinta de produção de lacticínios convencional e a uma fábrica de produção de ovos, e produtores de agricultura biológica no distrito da Ulhoa. Jantar.
- 21 de julho
 - Manhã: Percorrer o Caminho de Santiago desde Palas até Melide, percurso com baixo grau de dificuldade. Em alternativa, ir de camioneta visitar produtores de agricultura biológica, alojamento rural e património cultural do Castelo do Pambre. Almoço ligeiro.
 - Tarde: Viagem para Santiago de camioneta. Paragem em alguns marcos relevantes da rota jacobina para Santiago.

A saída de campo terá um número restrito de participantes. Os participantes na excursão terão que confirmar a sua presença através de inscrição antecipada. No momento de apresentar o resumo extenso, antes de 15 de janeiro de 2018, pedimos que expresse o seu interesse em participar na visita e faremos todo o possível para satisfazer o seu pedido. De todas as formas, a aceitação para a excursão será notificada expressamente.

Tarifas

(em €)	Inscrição antecipada (até o dia 30 de março de 2018)	Inscrição tardia (até o dia 29 de junho de 2018)
Geral	250	350
Geral para estudantes	200	300
Geral incluindo excursão	600	-
Básica * incluindo excursão	500	-
Acompanhante para a excursão (partilhando alojamento standard)	350	-

A tarifa geral inclui a oportunidade de participar nos dois primeiros dias do colóquio, os materiais do mesmo, pausas para café, receção de boas-vindas, almoços e jantar previstos para os dois primeiros dias de programa, e inclui uma das opções de saída de campo disponíveis para o dia de 17 de julho. Não inclui alojamento.

O preço da excursão inclui os custos mencionados anteriormente, mais alojamento para três noites (18, 19 e 20 de julho, pequeno-almoço incluído), além de todas as refeições e o transporte durante quatro dias, tal como se indica no programa.

* «Básica» significa alojamento de estilo campismo, com quatro partilhados, durante a excursão.

Santiago oferece uma ampla lista de opções de alojamento, com mais de 120 hotéis: desde pequenos hotéis com charme no centro histórico, até novos hotéis de cadeias hoteleiras afamadas. Uma lista completa de alojamento encontra-se disponível em: <http://www.santiagoturismo.com/aloxamentos-santiagoturismo>

Os presidentes da CSSR oferecem duas bolsas a estudantes de doutoramento do Sul Global (países em vias de desenvolvimento da ONU) para cobrir o preço das inscrições. Adicionalmente, financiar-se-á o alojamento em Santiago (15, 16, 17 e 21 de julho) a estes estudantes de doutoramento selecionados. Aos candidatos que sejam elegíveis, pedimos que expressem o seu

interesse em serem considerados por uma destas bolsas no momento em que enviarem o resumo extenso (antes de 15 de janeiro de 2018). A Comissão Organizadora e a Comissão Científica decidirão a atribuição destas bolsas em função da qualidade do resumo extenso.

Comissão Organizadora

Dr PAÜL, Valerià Universidade de Santiago de Compostela	Presidente
Prof LOIS, Rubén C. Universidade de Santiago de Compostela	Vice-Presidente
Dr TRILLO-SANTAMARÍA, Juan M. Universidade de Santiago de Compostela	Secretário
Ass/Prof DURÁN, Francisco Universidade de Santiago de Compostela	
Dr GARCÍA, Jesús Horacio Universidade de Santiago de Compostela	
Prof HASLAM MCKENZIE, Fiona University of Western Australia	
Dr LESTEGÁS, Iago Universidade de Santiago de Compostela	
Dr LOPEZ, Lucrezia Universidade de Santiago de Compostela	
Ass/Prof LÓPEZ ANDIÓN, José Manuel Universidade de Santiago de Compostela	
Dr MIRAMONTES, Ángel Universidade de Santiago de Compostela	
Dr PATIÑO, Carlos Universidade de Vigo	
Ass/Prof PAZOS, Miguel Universidade de Santiago de Compostela	
Dr PÉREZ GUILARTE, Yamilé Universidade de Santiago de Compostela	
Dr PIÑEIRA, María José Universidade de Santiago de Compostela	
Dr PIÑEIRO, Anxos Universidade de Santiago de Compostela	
Dr RIBAS, Afonso Instituto Galego de Calidade Alimentaria	
Prof SANTOS, Xosé M. Universidade de Santiago de Compostela	
Dr VÁZQUEZ, José I. Université de Cergy-Pontoise	
AGRELO, L. Martín Universidade de Santiago de Compostela	
BROUARD-SALA, Quentin Université de Caen Normandie	
CIDRÁS, Diego Universidade de Santiago de Compostela	
CORNADO, Mateo Universidade de Santiago de Compostela	
GUSMAN, Inês Universidade de Santiago de Compostela	

Comissão Científica

Prof BARCUS, Holly Macalester College	Co-Presidenta
Prof SCHMITZ, Serge Université de Liège	Co- Presidente
Dr PAÜL, Valerià Universidade de Santiago de Compostela	Presidente local
Prof LOIS, Rubén C. Universidade de Santiago de Compostela	
Dr TRILLO-SANTAMARÍA, Juan M. Universidade de Santiago de Compostela	
Prof AMIT-COHEN, Irit תל-אביב תיטסרבינוא = Bar-Ilan University	
Prof BICALHO, Ana Maria Universidade Federal do Rio de Janeiro	
Prof CAWLEY, Mary National University of Ireland	
Prof FIRMINO, Ana Universidade Nova de Lisboa	
Ass/Prof FRANCO, Maria Universidade Federal da Paraíba	
Prof HASLAM MCKENZIE, Fiona University of Western Australia	
Prof HERNÁNDEZ, María Universitat d'Alacant/Universidad de Alicante	
Prof HOEFLE, Scott Universidade Federal do Rio de Janeiro	
Prof IANOS, Ioan Universitatea din București	
Prof JONES, Roy Curtin University	
Prof KIM, Doo-Chul 岡山大学 = Okayama University	
Prof LAURENS, Lucette Université Paul Valéry	
Ass/Prof LUKIC, Aleksandar Sveučilište u Zagrebu	
Prof MARGETIC, Christine Université de Nantes	
Ass/Prof MARIE, Maxime Université de Caen Normandie	
Prof MATA, Rafael Universidad Autónoma de Madrid	

Prof MOLINERO, Fernando | Universidad de Valladolid
Prof PANAREDA, Josep Maria | Institut d'Estudis Catalans
Prof ROBINSON, Guy | University of Adelaide
Prof RUIZ URRESTARAZU, Eugenio | Euskal Herriko Unibertsitatea
Dr SANCHO, Alexis | Universität für Bodenkultur Wien
Ass/Prof SILVA, Rocío | Universidad de Sevilla
Prof TAKENAKA, Katsuyuki | 愛知県立大学 = Aichi Prefectural University
Prof THISSEN, Frans | Universiteit van Amsterdam
Ass/Prof TORT, Joan | Universitat de Barcelona
Prof TULLA, Antoni | Universitat Autònoma de Barcelona
Dr ZAZO, Ana | Universidad del Bío-Bío

Organização



Sócios/Patrocinadores/Colaboradores

